

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.003 - MT  
(2017/0199441-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : ALLEN MT COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA  
LTDA**  
**OUTRO NOME : RP TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**  
**ADVOGADO : VINICIUS SEGATTO JORGE DA CUNHA E OUTRO(S) -  
MT0126490**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. QUEBRA DE SIGILO DE DADOS. DECISÃO QUE ABARCA A EMPRESA EMBARGANTE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A ausência, no acórdão, de quaisquer dos vícios elencados no art. 619 do Código de Processo Penal, torna inviável o acolhimento dos embargos declaratórios opostos.
2. Na espécie, inexiste o erro material apontado pela defesa, considerando que a Magistrada singular determinou o afastamento do sigilo de dados das contas eventualmente mantidas pelas empresas representadas junto a cooperativas de créditos, dentre elas a ora embargante, como consta expressamente da decisão de primeiro grau, o que afasta a alegação de que houve equívoco na determinação de quebra de sigilo em face da embargante.
3. O acórdão embargado apreciou a insurgência de forma clara e fundamentada, não sendo possível, em embargos de declaração, rediscutir o entendimento adotado, nem sequer para fins de prequestionamento.
4. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**